

Interpretação das diretrizes do Fundo Global

Perguntas mais frequentes

O que é que este guia contém?

1. O que é que o Fundo Global comunicou até agora?	1
2. O que é a implementação “slow down”?	2
3. O que é a “redefinição de prioridades e revisão”?	4
4. Qual será o impacto do Ciclo 8 de Subvenções?	9
5. Como é que as comunidades podem participar na tomada de decisões?	10
6. O que posso fazer se os programas comunitários forem cancelados?	14
7. Como é que posso pedir apoio?	15
8. Modelos de correio eletrónico	17

1. O que é que o Fundo Global comunicou até agora?

1.1 O que é que o Fundo Global comunicou aos países?

Em 25 de abril, o Secretariado orientou os Beneficiários Principais sobre a necessidade de “abrandar” as despesas das subvenções do Fundo Global para determinadas actividades. [A mensagem completa pode ser consultada aqui.](#)

Além disso, a 16 de maio, o Secretariado divulgou orientações sobre medidas adicionais de adaptação das subvenções para o Ciclo de Subvenções 7 (CS7). Estas orientações centraram-se na necessidade de retirar fundos de determinadas carteiras de subvenções, de redefinir as prioridades das actividades para o resto do CS7 e de processar revisões de subvenções, conforme necessário. [A mensagem completa pode ser consultada aqui.](#)

Em 6 de junho, o Secretariado divulgou orientações pormenorizadas sobre a abordagem de redefinição de prioridades, que inclui detalhes técnicos sobre as

actividades que devem e não devem ser despriorizadas. [O documento completo pode ser consultado aqui](#).

1.2 Qual é o motivo destas comunicações?

O Fundo Global é financiado por doadores públicos e privados num ciclo de reposição de três anos. Depois de feitas as promessas, os doadores têm de transferir os fundos para o Secretariado do Fundo Global para que possam ser gastos. Este processo é designado por “conversão de promessas”.

Até 26 de abril de 2025, o Secretariado recebeu 8,55 mil milhões de dólares dos seus doadores. Cerca de 42%, ou seja, 6,13 mil milhões de dólares, ainda estão à espera de serem recebidos. Alguns doadores não deixaram claro que tencionam transferir o resto das suas promessas, enquanto outros atrasaram a transferência dos fundos.

Esta situação está a criar um grave risco financeiro para o Fundo Global. A fim de evitar a escassez de fundos, o Fundo Global propõe uma pausa em certas partes da execução das subvenções até que os fundos sejam transferidos (aqui referida como “abrandamento”) e um corte de uma certa percentagem das subvenções nacionais e uma redefinição das prioridades das actividades (aqui referida como “redefinição das prioridades e revisões”).

2. O que é a implementação “slow down”?

2.1 Que actividades são sugeridas para serem interrompidas?

O “abrandamento” das despesas destina-se a suspender algumas áreas de investimento que são menos críticas ou sensíveis ao tempo, **assegurando simultaneamente a continuação de programas essenciais e que salvam vidas**. O Secretariado do Fundo Mundial deu instruções para que a seguinte lista de actividades fosse **imediatamente interrompida, reduzida ou suspensa**:

1. Melhorias das infra-estruturas que ainda não progrediram substancialmente ou que ainda não demonstraram de forma convincente a probabilidade de serem concluídas com êxito antes do final do CS7.

2. Aquisição de novos veículos, equipamento informático, equipamento de laboratório e outro.
3. Participação em conferências/visitas de estudo.
4. Formação em serviço autónoma (por exemplo, formação de reciclagem) sobre uma única doença para os RHS/ACS (qualquer quadro, incluindo pares).
5. Custos de reuniões para desenvolvimento, coordenação, validação e divulgação de políticas - incluindo locais, ajudas de custo e bebidas. As reuniões essenciais que promovem a integração e a sustentabilidade (por exemplo, a finalização de um plano de sustentabilidade dos ACS) podem ser apoiadas, mas devem ser comprovadamente mais simples em termos de custos relacionados com viagens (número de participantes, duração da reunião, etc.). Os custos de deslocação dos **PCV para participarem** em fóruns técnicos e informarem a tomada de decisões podem ser mantidos para garantir processos inclusivos e equitativos.
6. Novos inquéritos, estudos, avaliações e revisões, incluindo inquéritos de indicadores da malária (MIS), inquéritos demográficos e de saúde (DHS), inquéritos de prevalência (por exemplo, TB), inquéritos de resistência aos medicamentos contra o VIH, vigilância biológica e comportamental integrada (IBBS), revisões da qualidade dos dados nacionais (DQRs), avaliações harmonizadas dos estabelecimentos de saúde (HHFAs), avaliações rápidas de impacto (RIA), inquéritos de investigação operacional e estudos para relatórios de KPI **que ainda não começaram**.
7. Materiais impressos e custos de publicação, exceto para ferramentas de recolha de dados e de elaboração de relatórios, se não forem digitalizados.
8. Programas/materiais de mudança de comportamento, campanhas nos meios de comunicação social (por exemplo, para a prevenção do VIH) e eventos de lançamento (por exemplo, campanhas contra a malária).
9. EPI (Equipamento de Proteção Individual) que não seja essencial para a proteção do pessoal ou dos doentes.
10. Dias comemorativos, eventos e campanhas genéricos nos meios de comunicação social, incluindo produtos relacionados (t-shirts, cadernos, canetas).
11. Esforços de sensibilização autónomos. Exceções: as que se revelaram eficazes para influenciar os decisores políticos ou para a manutenção de serviços essenciais ou ligadas à utilização de dados de monitorização liderada pela comunidade (CLM).
12. Supervisão de uma única doença/serviço.

13. Custos operacionais.

A Equipa Nacional do Fundo Global trabalhará com os Recipientes Principais e a MCP para finalizar as actividades específicas a serem pausadas.

2.2 Durante quanto tempo será interrompida a execução destas actividades?

Não foram dadas quaisquer orientações sobre o momento em que a aplicação pode ser retomada.

3. O que é a “redefinição de prioridades e revisão”?

3.1 O que é a redefinição de prioridades e a revisão e em que é que se distingue do abrandamento?

Na reunião do Conselho de Administração do Fundo Global, em maio, o Secretariado partilhou os seus planos para iniciar **um novo processo denominado “redefinição de prioridades e revisão”**. Este processo vem juntar-se ao abrandamento da execução, que está a acontecer ao mesmo tempo.

Este processo de “redefinição de prioridades e revisão” começará por envolver a comunicação de montantes de financiamento reduzidos por parte do Secretariado. Isto significa que o financiamento disponível para ser gasto será menor. Depois disso, haverá um processo de redefinição de prioridades liderado pelos países sobre quais os programas a cortar, alterar, manter ou fazer a transição para outras fontes de financiamento (por exemplo, financiamento interno).

3.2 Isto altera o montante do financiamento das subvenções do meu país?

Sim, o **processo de desafetação reduz de facto o montante do financiamento das subvenções**. Isto contrasta com o abrandamento, que é uma pausa temporária na execução das actividades.

O montante do financiamento que será desbloqueado de cada país será calculado até ao final de junho. O Secretariado utilizará uma fórmula para calcular o montante por país, que se baseia principalmente no montante de fundos remanescentes que não foram gastos. Este montante será depois ajustado utilizando vários “ajustamentos qualitativos”, incluindo:

- Manter-se alinhado com a metodologia de afetação
- Implementação de inovações que mudam o jogo, como o LEN
- Manutenção das intervenções críticas do CS7
- A aceitação nacional das actividades e dos compromissos de cofinanciamento
- Dependência do país em relação ao financiamento do governo dos EUA (PEPFAR, PMI)
- Ambiente operacional difícil

Nota: Este processo não afecta os fundos do C19RM, mas pode ter impacto nas contribuições do sector privado, nos investimentos catalíticos (como os fundos de contrapartida) ou nas operações de financiamento misto.

3.3 Qual é o calendário para a redefinição de prioridades e a revisão?

O calendário previsto para a redefinição de prioridades e a revisão é o seguinte:

- De meados de maio a finais de junho: O Secretariado calculará os envelopes de financiamento por país revistos.
- 30 de junho: O Secretariado comunicará os montantes de financiamento revistos aos RP e aos MCP. **Terá início um período de revisão de duas semanas para o MCP.**
- Meados de julho: No final do período de revisão de duas semanas, será solicitado ao MCP que aprove os montantes de subvenção revistos.
- Durante o mês de julho: O Fundo Global propõe que o MCP se reúna pelo menos uma vez para discutir a redefinição das prioridades das intervenções.
- Julho a setembro: Os RP, os MCP e o Secretariado trabalharão na revisão dos documentos de subvenção. Uma vez concluídas as revisões das subvenções, os RP enviarão o Pedido de Revisão de Subvenção ao MCP conforme o processo de revisão de subvenção existente. O MCP terá um período de duas semanas para revisar, discutir e aprovar o Pedido de Revisão de Subvenção final, após o qual os RP poderão submeter à Organização.

- 28 de setembro: todas as revisões das subvenções estão concluídas.

O prazo para a participação do MCP é muito curto. Para ser incluído na tomada de decisões, é importante preparar as prioridades, efetuar consultas e contactar os MCP o mais rapidamente possível - muito antes do final de junho.

3.4 Que actividades NÃO devem ser retiradas da ordem de prioridades durante o processo de redefinição e revisão de prioridades?

A 6 de junho, o Fundo Mundial divulgou orientações públicas que definem quais as actividades que devem ser mantidas e quais as que devem ser despriorizadas. Estas orientações estão **disponíveis aqui** e mostram exatamente quais as intervenções que devem e não devem ser despriorizadas.

Em geral, devem ser observados os seguintes princípios e considerações:

Equidade, direitos humanos, género e sistemas comunitários:

- Deve ser dada prioridade às intervenções destinadas a **reduzir os obstáculos** à saúde (equidade, direitos humanos e questões relacionadas com o género) e a combater o estigma, a discriminação e a violência baseada no género
- **Os sistemas comunitários devem ser mantidos** e reforçados (incluindo a preservação dos quadros comunitários de pares e a prestação de serviços liderada pela comunidade)
- Os serviços só podem ser **integrados nos serviços de cuidados primários** se forem acessíveis e aceitáveis para as populações mais afectadas, e a integração deve incluir actividades que garantam cuidados inclusivos, respeitosos, sem estigma, sensíveis ao género e adequados à idade
- Devem ser mantidos mecanismos de **monitorização liderados pela comunidade** (CLM) e de responsabilidade.
- As prioridades comunitárias não devem ser **reduzidas de forma desproporcionada** em relação a outras actividades. Todas as decisões de definição de prioridades devem ter em conta os impactos e as consequências não intencionais para as populações-chave e vulneráveis.

VIH:

- **Prioridade 1:** tratamento e cuidados do VIH, aquisição de ARV, fornecimento de TARV, apoio à continuação do tratamento, diagnóstico e gestão da tuberculose e da doença avançada do VIH (AHD).
- **Prioridade 2.** Ligação das pessoas que vivem com o VIH ao tratamento, aos cuidados e ao apoio, prevenção do VIH, despistagem do VIH para as pessoas com maior risco de contrair o VIH (especialmente utilizando a despistagem de índice e os serviços de parceiros), despistagem do VIH (em clínicas de tuberculose, clínicas de DST, clínicas de ANC, como parte dos programas de PC e iniciados pelo prestador) e profilaxia ARV e diagnóstico precoce do lactente (EID) para os bebés expostos ao VIH.
- **Prioridade 3.** preservativos e lubrificantes, PrEP para os utilizadores actuais e iniciação para as pessoas em maior risco, redução de danos (tratamento com agonistas opiáceos e injeção segura), PEP, integração da prevenção do VIH nos serviços existentes de SSR/IST/planeamento familiar (PF).

Tuberculose:

- Integração (no âmbito da tuberculose e com outras doenças e sectores) e otimização da utilização dos recursos e instrumentos, abordagens e algoritmos existentes e aceleração da transição para novos instrumentos quando estes estão disponíveis ao longo da cascata de cuidados.

Malária:

- O objetivo principal é minimizar a mortalidade por paludismo. As componentes essenciais são as que garantem a disponibilidade, aceitabilidade e acessibilidade de serviços de qualidade e o controlo da sua implementação.
- **Prioridade 1.** Garantir o acesso atempado a um diagnóstico e tratamento de qualidade para as pessoas doentes é um pilar central.
- **Prioridade 2.** Intervenções de prevenção, como o controlo de vectores e a quimioprevenção sazonal do paludismo
- Idealmente, um programa deve ter como objetivo alcançar e manter a cobertura universal do controlo de vectores, colocando SMC em camadas em zonas com transmissão sazonal muito elevada.
- A vigilância é transversal a todas as intervenções e deve ser racionalizada com actividades prioritárias para garantir dados suficientes para a tomada de decisões.
- Ao dar prioridade a populações ou áreas geográficas, deve ser dada especial atenção à manutenção de uma perspetiva de equidade, especialmente em

contextos de ambiente operacional difícil (COE) em que certas populações podem ter um acesso limitado aos serviços contra a malária

RSSH:

- Os países devem financiar as intervenções relativas às doenças de uma forma mais integrada e sustentável, integrando a equidade, os direitos humanos e a igualdade de género em cada intervenção, dando ao mesmo tempo prioridade ao reforço dos sistemas para maximizar o impacto e a resiliência.
- A priorização das actividades relacionadas com doenças específicas deve ser considerada em conjunto com as áreas de priorização da RSSH, incluindo os recursos humanos para a saúde (em especial os ACS), os sistemas da cadeia de abastecimento, a prestação e a monitorização de serviços baseados na comunidade e liderados por esta, os sistemas de dados (HIS, LMIS, laboratório, etc.), os sistemas laboratoriais integrados e outras funções de saúde que apoiam a qualidade e o acesso equitativo às actividades relacionadas com doenças específicas.

3.5 Qual é o papel do financiamento interno?

As decisões sobre o envelope de financiamento serão informadas pelos recursos internos disponíveis para a saúde. Isso pode envolver a **transição de algumas actividades** do apoio do Fundo Global para o sistema público de saúde, o que é chamado de “integração”.

Da perspectiva da comunidade, há várias considerações importantes a serem levadas em conta:

1. **Existem certas actividades que o governo não é capaz de realizar ou não pode realizar de forma eficaz?** Por exemplo, num contexto que criminaliza populações-chave, a oferta de programas focados nessas populações numa clínica de saúde pública pode resultar na recusa de pacientes, na não prestação dos serviços de que necessitam ou na exposição ao estigma, à discriminação e a cuidados de saúde inseguros.
2. **Quais actividades das subvenções devem ser transferidas para os governos?** Isso pode incluir actividades que não são focadas nas comunidades, como aquisição de medicamentos, sistemas laboratoriais, recursos humanos para a saúde e fornecimento de produtos básicos?

3. **O governo está a investir o suficiente?** Em alguns casos, pode defender que o governo invista mais recursos internos para evitar grandes cortes no programa do Fundo Global. Os governos estão a cumprir os seus requisitos de cofinanciamento?
4. **Com que rapidez a integração pode ocorrer?** É importante considerar a rapidez com que o governo pode assumir os programas. Por exemplo, quanto tempo levaria para treinar profissionais de saúde para assumir programas focados na comunidade? Pode ser interessante defender que os programas não sejam cortados do Fundo Global se o processo de transferência levar muitos meses ou até anos.
5. **Existem barreiras legais ou políticas à integração?** Para programas que devem ser implementados por organizações comunitárias, o governo é capaz de contratar organizações comunitárias para continuar a executar esses programas? Quais são os passos legais necessários antes que essa contratação possa ocorrer?

4. Qual será o impacto do Ciclo 8 de Subvenções?

4.1 O que é que sabemos sobre o ciclo 8 de subvenções?

Normalmente, a Conferência de Reabastecimento tem lugar em setembro ou outubro. Depois disso, a Fonte de Fundos é aprovada pelo Conselho de Administração do Fundo Global na reunião de novembro. A Metodologia de Alocação é então aplicada aos fundos disponíveis, que calcula o montante de financiamento disponível para cada país, e as cartas de Alocação são enviadas a cada país em dezembro.

Devido à incerteza em torno do 8º Reabastecimento, **os prazos estão a ser adiados**, para evitar tomar decisões sobre os fundos disponíveis antes de todas as promessas terem sido realizadas.

Por este motivo, a reunião de novembro do Conselho de Administração foi adiada para fevereiro de 2026 e as cartas de alocação serão partilhadas com os países no final de fevereiro ou no início de março de 2026.

5. Como é que as comunidades podem participar na tomada de decisões?

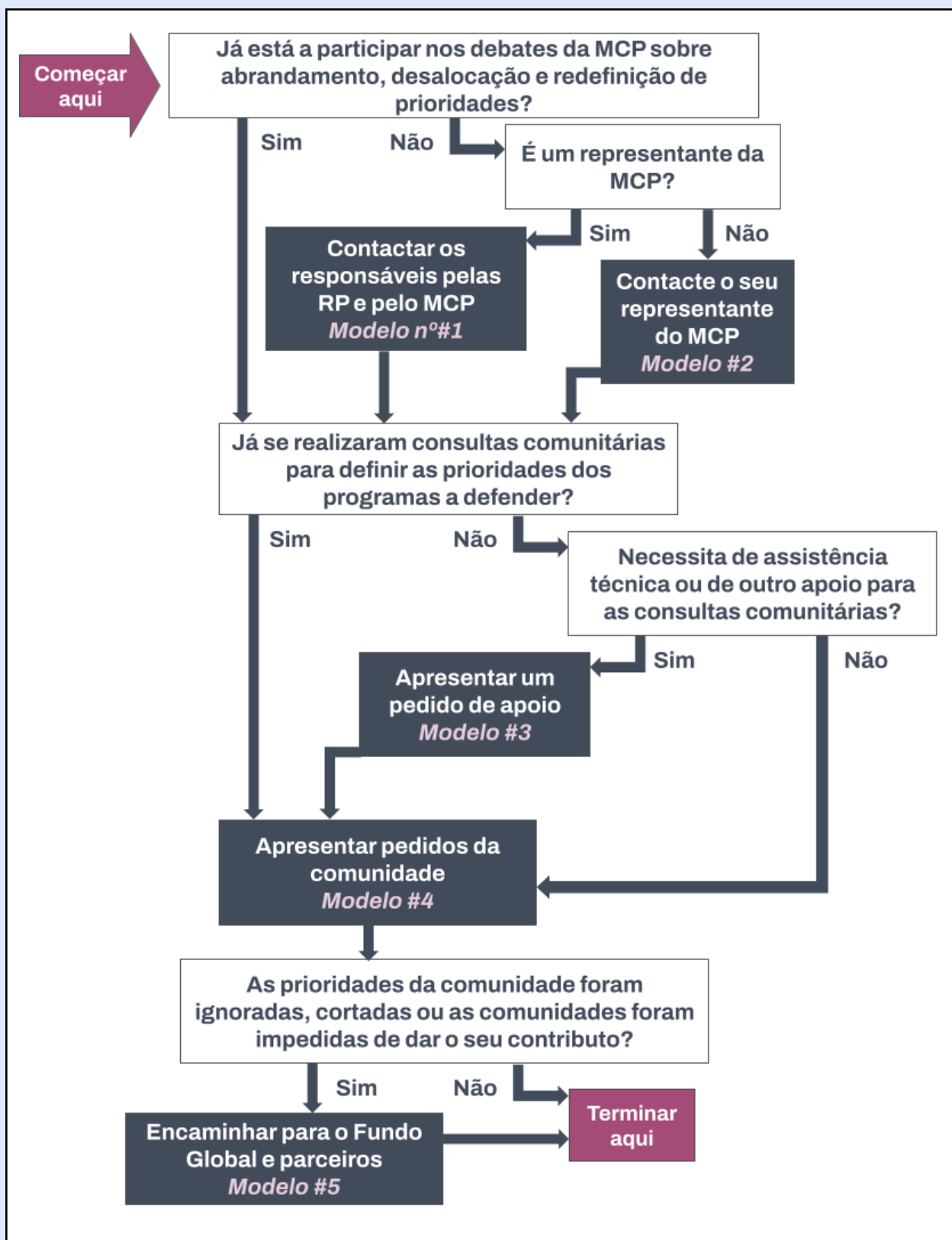
5.1 Quem decidirá quais as actividades que serão abrandadas, anuladas ou redefinidas como prioridades?

Em primeiro lugar, as Equipas de País (EC) do Fundo Global entrarão em contacto com os Recipientes Principais (RP) para partilhar o envelope de financiamento revisto para o resto do CS7. Este será calculado para cada país separadamente e terá em conta o montante de financiamento que já foi gasto. O EP também fará sugestões sobre as actividades que devem ser despriorizadas.

O RP trabalhará em conjunto com o EP para desenvolver uma proposta sobre como redefinir as prioridades dos fundos restantes da subvenção. No final de junho, o RP comunicará a proposta ao MCP. O MCP terá duas semanas para analisar, dar feedback e aprovar a proposta.

Embora o Fundo Global solicite a “aprovação”, não é necessário que todos os membros do MCP assinem formalmente a proposta. Por este motivo, existe um risco elevado de as decisões serem tomadas rapidamente e sem o contributo das comunidades. As comunidades devem **contactar de forma proactiva e regular** o respetivo MCP e o Secretariado para darem o seu feedback e contributo.

5.2 Quem devo contactar para participar?



Documento atualizado pela última vez em 6 de junho de 2025 || Para mais informações, [contacte-nos](#) ou [partilhe as suas questões aqui](#).

5.3 Que provas devem as comunidades apresentar ao MCP?

As decisões sobre quais os programas que devem ser interrompidos ou despriorizados serão difíceis e haverá muitas prioridades concorrentes a defender o financiamento. Para defender eficazmente as prioridades comunitárias, **terá de apresentar provas** da importância e da eficácia da programação comunitária.

1. **Analisar o subsídio atual.** O primeiro passo é compreender que actividades são atualmente financiadas nos subsídios activos. Poderá ter acesso a esta informação através do seu PCM, ou poderá encontrar dados detalhados sobre os orçamentos das subvenções no [Data Explorer](#) do Fundo Global ou neste [Dashboard do MCP](#).
2. **Categorizar as actividades utilizando a linguagem do Fundo Global.** O Fundo Global destacou especificamente os tipos de actividades que não devem ser cortadas. Se conseguir defender a razão pela qual os programas centrados na comunidade se enquadram nesses critérios, terá mais probabilidades de ser bem sucedido. Utilize provas da sua organização, redes e comunidade, bem como de programas de monitoria liderados pela comunidade (CLM).

A linguagem do Fundo Global	Exemplos de como pode descrever os programas comunitários
Os programas devem “salvar vidas”	Explique porque é que “liderado pela comunidade” salva vidas. Os programas realizados para e pelas comunidades salvam vidas. As organizações lideradas pela comunidade são responsáveis pela prestação de serviços que salvam vidas às pessoas mais afectadas pelas HTM. Sem elas, os medicamentos e os produtos de base ficarão parados nos armazéns e nas clínicas. Se deixarmos de financiar programas comunitários, perderemos estes executores de confiança e as nossas populações mais vulneráveis perderão os cuidados de que necessitam para se manterem vivas.
Os programas devem ser “mais integrados com o governo”	Descreva por que razão alguns programas não podem ser imediatamente integrados. Os serviços públicos de saúde são uma parte

	<p>essencial da prestação de serviços. No entanto, a evidência da nossa comunidade é que os clientes da população chave têm sido afastados dos cuidados de saúde e enfrentam abusos por parte do pessoal clínico. Temos de continuar a financiar serviços baseados na comunidade para aqueles que, de outra forma, deixarão de receber cuidados que salvam vidas.</p>
<p>Os programas devem “dar prioridade aos que são afectados de forma desproporcionada pelo HTM”</p>	<p>Salientar a forma como os programas comunitários servem as populações mais afectadas.</p> <p>As pessoas afectadas de forma desproporcionada pelas MHT são populações-chave e vulneráveis. É essencial chegar a estas populações com serviços que salvam vidas. No entanto, estas mesmas populações enfrentam frequentemente barreiras significativas para receberem serviços em contextos tradicionais, baseados em instalações e prestados por médicos. A prestação de serviços em contextos seguros, baseados na comunidade e em parceiros locais e de confiança tem demonstrado repetidamente ser a estratégia mais eficaz para chegar a estas populações.</p>
<p>Os países devem manter o “pacote mínimo de serviços necessários para prestar um serviço de qualidade neste contexto”.</p>	<p>Descrever como a prestação de cuidados de saúde só pode ser efectuada com parceiros comunitários.</p> <p>A aquisição de medicamentos e de produtos de base só é útil se estes forem entregues às pessoas que deles mais necessitam. No nosso país, as pessoas que precisam deles são frequentemente marginalizadas e estigmatizadas e enfrentam grandes desafios no acesso aos cuidados de saúde através de instalações públicas. O Fundo Global apoia os programas comunitários porque têm impacto e porque sem eles não há forma de chegar a estas populações com serviços de qualidade e que salvam vidas.</p>
<p>Os programas devem demonstrar a “relação</p>	<p>Explicar como é que as prioridades da comunidade cumprem as cinco categorias de “Value for Money”.</p>

custo/benefício”	De acordo com o Fundo Global, existem cinco facetas da otimização dos recursos: eficácia, eficiência, economia, equidade e sustentabilidade. Ao defender estas prioridades, explique o impacto destes programas, para demonstrar a sua eficácia. Explique como, sem a distribuição e o envolvimento da comunidade, a eficiência dos programas diminuirá, uma vez que as pessoas que precisam dos serviços não serão alcançadas. Pode explicar como os programas comunitários são económicos, uma vez que constituem uma parte muito pequena dos subsídios, mas têm um grande impacto no impacto do programa. Sem programas comunitários, a prestação de serviços não pode ser equitativa e chegar a todas as populações. Por último, a liderança comunitária é um pilar fundamental da apropriação nacional e da sustentabilidade a longo prazo: ao criar a apropriação comunitária, os programas de saúde podem ser duradouros e ter impacto a longo prazo.
------------------	--

3. Realizar consultas, sempre que possível. Se for possível, realize consultas comunitárias para desenvolver um “pedido” partilhado. Quanto mais pessoas e organizações defenderem o mesmo objetivo, mais forte será a sua voz.

4. Crie um documento com os seus pedidos e provas. Pode utilizar o [Modelo #4](#). Partilhe-o com todas as partes interessadas do seu país, incluindo o MCP, o RP e o EP em Genebra.

6. O que posso fazer se os programas comunitários forem cancelados?

6.1 O que devo fazer se o PR no meu país suspender os tratamentos essenciais, a prevenção ou os programas comunitários?
Se se deparar com algum desafio, o mais importante é agir rapidamente , uma vez que as decisões serão tomadas rapidamente.

1. **Documentar tudo:** Em primeiro lugar, é importante documentar o que está a acontecer, com o máximo de pormenor possível. Isto será vital se optar por escalar ou comunicar um problema.
2. **Escalar, rapidamente:** O prazo para a tomada de decisões é muito curto, pelo que é fundamental escalar o mais rapidamente possível. Uma vez que o tempo é escasso, deve partilhar as suas preocupações e desafios com todos os decisores relevantes de uma só vez, em vez de enviar uma mensagem de correio eletrónico de cada vez. Desta forma, garante-se que alguém presta atenção ao seu pedido. Pode utilizar o **Modelo #5** para escalar.
3. **Comunique o problema à plataforma de escalonamento da comunidade.** Esta plataforma é gerida pela sociedade civil e permite-lhe estabelecer contacto com parceiros para ajudar a contactar as pessoas certas no Fundo Global, ligá-lo a outras pessoas com o mesmo problema e/ou advogar em seu nome.

7. Como é que posso pedir apoio?

7.1 Gostaria de obter apoio para contactar as RP e o Secretariado. Quem posso contactar?

A colaboração com o MCP pode colocar vários desafios:

1. O MCP é excluído da tomada de decisões.
2. O MCP exclui-o da participação na tomada de decisões.
3. Os pedidos da comunidade são ignorados.
4. Os programas orientados para a comunidade são cortados.
5. Os programas orientados para a comunidade são integrados em programas governamentais, onde existe um risco elevado de não serem implementados eficazmente.

Em todos estes cenários, é necessário fazer uma **escalada rápida e alargada**. Se esperar que as suas preocupações sejam transmitidas através das vias normais, existe o risco de as decisões serem tomadas e finalizadas.

Pode optar por resolver os problemas por si próprio ou pedir apoio. Se quiser ser você a enviar as mensagens de correio eletrónico, pode utilizar o **Modelo #3**. Se preferir

trabalhar com parceiros da sociedade civil para fazer o escalonamento, pode partilhar os seus desafios [utilizando este formulário](#).

7.2 Existe algum apoio financeiro para as consultas comunitárias?

As orientações do Fundo Global indicam que os MCP são “encorajados a considerar a possibilidade de afetar fundos dos MCP para apoiar um maior envolvimento e consulta, especialmente da sociedade civil e das comunidades”. Além disso, num pequeno número de países, poderá haver apoio adicional da Iniciativa Estratégica de Envolvimento Comunitário (CE SI).

Para solicitar apoio, as comunidades podem utilizar o **Modelo #3** para solicitar apoio ao MCP e ao Secretariado. Uma vez que os recursos serão muito limitados, os pedidos também devem ser feitos diretamente a outros parceiros, tais como os Centros Regionais de Aprendizagem do Fundo Global, as Redes PC, a ONUSIDA, a Initiative e outros financiadores.

Também pode solicitar apoio [utilizando este formulário](#), que permitirá aos parceiros da sociedade civil pô-lo em contacto com potenciais recursos.

8. Modelos de correio eletrónico

Modelo #1: Para os membros da MCP contactarem a MCP e as RP

Para: [Presidente do MCP], [Vice-Presidente do MCP], [ponto(s) focal(is) de RP], [Gestor da carteira do Fundo]

CC: [Direitos Comunitários e Género], [Outros representantes do MCP, se necessário], [Outros parceiros da sociedade civil e da comunidade, se necessário]

Assunto: Pedido de participação no abrandamento, redefinição de prioridades e revisão

Caros [Presidente do MCP], [Vice-Presidente] e [ponto focal de RP],

Escrevo-vos a propósito do processo de “desalocação e redefinição de prioridades” para as subvenções do Fundo Global. Na qualidade de membro do MCP em representação de [sector], preocupa-me que o curto calendário previsto pelo Secretariado deixe pouco espaço para o debate no âmbito do MCP e para um envolvimento e contributo significativos da comunidade.

As decisões sobre quais os programas a cortar, alterar ou integrar terão um impacto profundo nas comunidades. É essencial que as vozes, perspectivas e conhecimentos da comunidade estejam centrados neste processo.

Estou a solicitar o seguinte:

1. Uma **reunião urgente** do MCP para discutir o processo e o calendário de desatribuição e para desenvolver um plano para uma consulta sólida da comunidade. Esta reunião deve ter lugar o mais rapidamente possível, muito antes da comunicação formal do envelope de financiamento revisto, em meados de junho.
2. Compromisso do PR de envolver ativamente os representantes da comunidade, incluindo os das populações-chave e vulneráveis, nas discussões sobre a redefinição de prioridades. Este **envolvimento deve começar agora** e não pode esperar até ao início do período de duas semanas de revisão do MCP.

3. **Apoio financeiro** para que as comunidades iniciem consultas sobre este processo de tomada de decisões, retirado do orçamento do MCP e/ou de recursos adicionais do CCM Hub ou do CRG.

Aguardamos com expectativa a oportunidade de trabalharmos em conjunto para garantirmos um processo de deslocação e redefinição de prioridades que preserve os serviços que salvam vidas e minimize os danos.

Agradecemos a vossa atenção para este assunto.

Com os melhores cumprimentos,

[O vosso nome]

[Outros co-sinatários do MCP e/ou da sociedade civil, conforme necessário]

Modelo #2: Para os não membros do MCP contactarem o seu representante do MCP

Para: [Presidente do MCP], [Vice-Presidente do MCP], [Ponto Focal Administrativo do MCP]

CC: [Gestor da Carteira do Fundo], [Direitos Comunitários e Género], [Outros parceiros da sociedade civil e da comunidade, conforme necessário]

Assunto: Pedido de participação no abrandamento, redefinição de prioridades e revisão

Caro [nome(s) do(s) contacto(s) do MCP],

Estou a escrever com preocupação em relação ao processo de “deslocação e redefinição de prioridades” para as subvenções do Fundo Global. Como [título e organização] e membro de [sector], espero ter uma oportunidade de colaborar com o MCP para garantir que as perspectivas da comunidade sejam incluídas de forma significativa nesta tomada de decisão crítica.

Na qualidade de membro da [organização/comunidade], solicito que:

1. Solicite uma **reunião urgente** do MCP para discutir o processo e o calendário de deslocação e para desenvolver um plano para uma forte consulta à

comunidade. Esta reunião deve realizar-se o mais rapidamente possível, muito antes do prazo de meados de junho.

2. Lançar um **processo de consulta rápido** para garantir que os representantes da comunidade participem ativamente nos debates sobre a redefinição de prioridades.
3. **Apoio financeiro** para que as comunidades iniciem consultas sobre este processo de tomada de decisões, retirado do orçamento do MCP e/ou de recursos adicionais do CCM Hub ou do CRG.

Aguardamos com expectativa a oportunidade de trabalhar em conjunto para garantir um processo de desalocação e redefinição de prioridades que preserve os serviços que salvam vidas e minimize os danos.

Obrigado pela vossa atenção a este assunto e por representarem as vozes da comunidade no MCP.

Com os melhores cumprimentos,

[O vosso nome]

[Outros co-signatários da sociedade civil, conforme necessário]

Modelo #3: Apresentar um pedido de apoio

Para: [Presidente do MCP], [Vice-Presidente do MCP], [Ponto Focal Administrativo do MCP], [Direitos Comunitários e Género], [CCM Hub]

CC: [Outros representantes do MCP, se necessário], [Outros parceiros da sociedade civil e da comunidade, se necessário]

Assunto: Pedido urgente de apoio para o envolvimento da comunidade no processo de redefinição de prioridades

Caros [Presidente do MCP], [Vice-Presidente do MCP] e colegas do CRG e da CCM Hub,

Estou a escrever-vos na qualidade de membro [do MCP e/ou da comunidade] em [País]. Estou profundamente preocupado com o processo iminente de “desatribuição

e redefinição de prioridades” e com a falta de participação significativa da comunidade neste processo decisório crítico.

O período de revisão de duas semanas para que o MCP dê feedback sobre a redefinição de prioridades é extremamente curto. Isto deixa pouco espaço para o tipo de consulta comunitária sólida que é essencial para garantir que as necessidades e prioridades das populações afectadas sejam reflectidas.

Estou a pedir o apoio do Secretariado para facilitar as consultas à comunidade sobre o processo de redefinição de prioridades das subvenções. Especificamente, gostaria de [apoio financeiro e/ou assistência técnica] para:

1. **Organizar uma consulta virtual e/ou presencial** com populações-chave e vulneráveis, organizações comunitárias e outras partes interessadas relevantes. Estas consultas devem ser efectuadas o mais rapidamente possível, muito antes do prazo de revisão do MCP, em meados de junho.
2. Desenvolver um **processo estruturado para reunir as contribuições**, feedback e recomendações da comunidade sobre as alterações de financiamento propostas e a redefinição de prioridades dos programas.
3. Sintetizar os resultados das consultas à comunidade num **relatório abrangente** que possa ser apresentado ao MCP e ao Secretariado do Fundo Global.
4. Prestação de **assistência técnica e orientação** para garantir que o processo de consulta à comunidade é inclusivo, significativo e eleva as vozes das pessoas mais afectadas pelas alterações propostas.

Gostaria de ter a oportunidade de discutir melhor este pedido. Se tiverem alguma dúvida ou necessitarem de informações adicionais, é favor contactar-me.

Agradeço antecipadamente a vossa consideração e apoio.

Com os melhores cumprimentos,

[O vosso nome]

[Outros co-signatários do MCP e/ou da sociedade civil, conforme necessário]

Modelo #4: Apresentar pedidos da comunidade

Para: [Gestor da carteira do Fundo], [Presidente do MCP], [Vice-Presidente do MCP], [Ponto(s) focal(ais) RP]

CC: [Direitos da Comunidade e Género], [Chefe da Divisão de Gestão das Subvenções], [Outros representantes do MCP, se necessário], [Outros parceiros da sociedade civil e da comunidade, se necessário]

Assunto: Apresentação das prioridades comunitárias para redefinição de prioridades em [país]

Caro [Gestor da Carteira do Fundo], [Presidente do MCP], [Vice-Presidente do MCP], [ponto(s) focal(is) da RP]

Em nome das partes interessadas da comunidade que representamos, estamos a escrever para fornecer as nossas recomendações e justificações sobre quais os programas que devem ser priorizados e mantidos durante o próximo processo de redefinição de prioridades das subvenções do Fundo Global.

Compreendemos as sérias restrições financeiras que o Fundo Global enfrenta e a necessidade de tomar decisões difíceis sobre a atribuição de subsídios. No entanto, acreditamos firmemente que os programas liderados e centrados na comunidade devem ser protegidos e considerados prioritários, uma vez que são essenciais para cumprir a missão do Fundo Global, prestar serviços que salvam vidas e assegurar o envolvimento significativo das populações afectadas.

Com base nas nossas consultas, bem como na nossa análise da actual carteira de subsídios, **recomendamos que as seguintes áreas de programas sejam mantidas** e não sujeitas a cortes ou reduções:

1. [Nome do programa]. Justificação: [Explicação].
2. [Nome do programa]. Justificação: [Explicação].
3. [Nome do programa]. Justificação: [Explicação].
4. [Nome do programa]. Justificação: [Explicação].

Solicitamos ao Fundo Global que preserve estas prioridades comunitárias urgentes. Teremos todo o gosto em fornecer informações, dados e justificações adicionais para apoiar a importância destas áreas programáticas.

Sincerely,

[O vosso nome]

[Outros co-signatários do MCP e/ou da sociedade civil, conforme necessário]

Modelo #5: Encaminhar para o Fundo Global e parceiros

Para: [Chefe da Divisão de Gestão das Subvenções], [Gestor da carteira do Fundo], [Presidente do MCP], [Vice-Presidente do MCP], [Ponto(s) focal(ais) RP]

CC: [Direitos da Comunidade e Género], [Outros representantes do MCP, se necessário], [Outros parceiros da sociedade civil e da comunidade, se necessário]

Assunto: Desafios urgentes e sensíveis ao fator tempo no processo de redefinição de prioridades em [país]

Caros [Chefe da Divisão de Gestão de Subvenções] e [Gestor da Carteira de Fundos],

Escrevo-vos com **sérias preocupações sobre o processo de tomada de decisão** em torno da “desalocação e redefinição de prioridades”. Apesar dos nossos melhores esforços para envolver o [MCP ou RP ou EP] em consultas significativas com as comunidades afectadas, estamos agora perante o risco muito real de serem cortados programas comunitários críticos e que salvam vidas.

Especificamente, estamos profundamente alarmados com o facto de os seguintes **programas que salvam vidas estarem a ser considerados para redução ou eliminação**:

1. [Nome do programa]. Justificação: [Explicação da razão pela qual o programa é essencial e das consequências do seu corte]
2. [Nome do programa]. Justificação: [Explicação da razão pela qual o programa é essencial e das consequências do seu corte]

3. [Nome do programa]. Justificação: [Explicação da razão pela qual o programa é essencial e das consequências do seu corte]
4. [Nome do programa]. Justificação: [Explicação da razão pela qual o programa é essencial e das consequências do seu corte]

Estes programas não só são essenciais para cumprir a missão do Fundo Global, como também são uma tábua de salvação para as comunidades mais marginalizadas e vulneráveis do nosso país. Cortar ou reduzir o financiamento destas iniciativas teria consequências devastadoras e prejudicaria anos de progresso na luta contra o VIH, a tuberculose e a malária.

Levantámos repetidamente estas preocupações junto do [RP, MCP ou EP], mas [explicar - foram ignoradas? O que aconteceu?]. O curto prazo e o processo de decisão opaco estão a suscitar sérias preocupações.

Solicitamos a vossa intervenção imediata para:

1. **Suspender o atual processo** de redefinição de prioridades das subvenções até que haja tempo suficiente para consultas comunitárias genuínas e inclusivas.
2. Assegurar que os programas liderados pela comunidade que salvam vidas, conforme descrito acima, sejam **explicitamente protegidos e mantidos** como parte dos portfólios de subsídios revistos.
3. Prestar apoio e **envolvimento direto** ao MCP e ao RP para facilitar a participação significativa da comunidade na tomada de decisões.
4. **Monitorizar de perto a situação** e responsabilizar o [MCP e/ou RP] pelo cumprimento dos compromissos do Fundo Global relativamente ao envolvimento da comunidade e aos direitos humanos.

Agradecemos antecipadamente a vossa atenção urgente a este assunto e o vosso apoio às comunidades que servimos.

Sincerely,

[O vosso nome]

[Outros co-sinatários do MCP e/ou da sociedade civil, conforme necessário]